

Corpo, gênero e ciência: na interface entre biologia e sociedade

Body, gender and science: on the interface between biology and society

Adriano Souza Senkevics^{1,*}, Juliano Zequini Polidoro²

¹Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

²Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

*Contato do autor: adriano.senkevics@usp.br

Resumo. A procura por qualidades que possam diferenciar os corpos e os sexos masculino e feminino na biologia tem levado a uma série de interpretações enviesadas a respeito do que entendemos por homens e mulheres ou por masculino e feminino na sociedade, as quais historicamente sustentaram posições conservadoras do ponto de vista social e político. Com o objetivo de introduzir novos elementos em um debate fundamentalmente interdisciplinar, procuramos desenvolver uma análise que se centre sobre a interface entre a biologia e os estudos sociais, a fim de reconceituar a construção do corpo, do sexo e do gênero.

Palavras-chave. *Relações de gênero; Determinismo biológico; Sociobiologia; Feminismo.*

Abstract. The search for qualities which can differentiate the masculine and feminine bodies and sexes on biology have led to many misconceptions about what we understand as men and women or masculine and feminine on society, which have historically supported both social and political conservative positions. Aiming to introduce new elements on a fundamentally interdisciplinary debate, we tried to develop an analysis centered on the interface between biology and social studies, in order to reconceptualize the construction of body, sex and gender.

Keywords. *Gender relations; Biological determinism; Sociobiology; Feminism.*

Recebido 10abr12

Aceito 25set12

Publicado 27dez12

Estudos sobre sexo e reprodução são extremamente importantes para uma ciência que estuda a vida, uma vez que muitas das espécies de seres vivos dependem da reprodução sexuada para a sua perpetuação. Em grande parte dessas populações, ocorre dimorfismo sexual e uma série de características, desde a anatomia dos órgãos genitais a comportamentos, são diferentemente atribuídos aos sexos masculino e feminino. Entretanto, na busca de qualidades que possam diferenciar os sexos, especialmente na espécie humana, certos aspectos são naturalizados por um discurso que tende a colocar sobre a biologia a responsabilidade pelas diferenças atualmente percebidas entre o que entendemos por homem e mulher ou por masculino e feminino, prescrevendo uma concepção do corpo fundamentalmente pautada pelas explicações biológicas, sem que aspectos sociais, culturais e políticos sejam considerados em sua devida relevância.

Neste ensaio, nosso objetivo é apresentar alguns elementos do pensamento científico que historicamente sustentaram posições conservadoras, do ponto de vista político e social, a respeito do corpo, do sexo e do gênero. Com auxílio dos estudos de gênero, especialmente no que se refere às construções sociais sobre masculinidade e feminilidade e o conceito de gênero propriamente dito, pretendemos tecer um diálogo interdisciplinar entre o

biológico e o social, visando uma compreensão conjunta das duas áreas.

Contextualizando um embate

Desde as últimas décadas, as ciências humanas têm travado intensas disputas com as ciências biológicas pelo fim das chamadas afirmações determinísticas ou “biologismos” (Henning, 2008). Se havia, por um lado, um interesse acadêmico na formulação de interpretações que não levassem em conta apenas aspectos biológicos, tidos como naturais e imutáveis, havia também uma crescente articulação das ciências sociais com movimentos sociais – entre eles o movimento feminista e o das “minorias sexuais” e de gênero – que gradativamente reivindicavam posturas científicas a serviço de uma sociedade mais justa e igualitária (Keller, 2006), o que necessariamente passava pela desnaturalização de hierarquias e desigualdades sociais, presentes tanto nos trabalhos de importantes pesquisadores quanto no senso comum.

Embora os exemplos dessa visão determinista sejam numerosos, consideramos mais proveitoso compreender quais são e como se estruturam as concepções de sexo e gênero que estão na base do pensamento científico moderno a sistematizar uma crítica detalhada a uma determi-

nada obra, tendo em vista que, nesse último caso, criar-se-ia uma falsa impressão de haver um ou alguns “responsáveis” pelo determinismo biológico corrente. Na realidade, a tendência determinística, na biologia, tem amplamente se sustentado muito mais por um “senso comum” do fazer científico que, a seu modo, repercute na sociedade e é também influenciado por concepções que circulam social e culturalmente (Connell, 2009).

Neste sentido, entender alguns elementos da base de um pensamento moderno, o qual atribui à ciência e à comunidade científica a autoridade enquanto produtora de “verdades” sobre os corpos masculino e feminino, remete ao próprio desenvolvimento da ciência que, paulatinamente, substituiu a religião, notadamente o catolicismo apostólico romano, como a principal provedora de explicações sobre o ser humano, a vida e o universo. Não é à toa que, de forma paralela ao crescimento hegemônico do racionalismo científico moderno, em meados dos séculos XVIII e XIX, nascem diversas noções sobre sexo e gênero que até hoje influenciam nossa forma de compreender as relações de gênero e a sexualidade (Corbin, 2008).

Tais concepções científicas a respeito do corpo e do sexo nunca estiveram isentas de juízos de valor. As ciências médicas no século XIX, por exemplo, representavam o corpo feminino como incompleto, doente e instável. Em clássico estudo, Laqueur (1990) descreve que foi a partir dessa época que se constituiu a noção de uma espécie bissexuada, dicotomizada entre os dois sexos que conhecemos atualmente; antes disso, as mulheres eram entendidas como “homens invertidos”, explicação a qual encontrava ressonância em estudos que descreviam, com detalhes, como a genitália feminina era uma versão invertida, e imperfeita, do aparelho genital masculino. Ou seja, as diferenças anatômicas entre homens e mulheres justificavam uma suposta inferioridade feminina, e mesmo os estudos sobre os gametas (que atestavam o espermatozóide como ativo, ágil e forte, e o óvulo como passivo, à espera de um espermatozóide) resultavam em interpretações acerca do homem e da mulher (Fernandes, 2009; Keller, 2006). Como bem observa Rohden (2003), a visão predominante apoiava-se na ideia de que a natureza, por si só, já havia determinado uma ordem baseada no sexo, a qual poderia ser acessada por meio da razão científica, e caberia à sociedade respeitá-la na esfera social e política.

Para completar, a visão determinista está amplamente difundida no senso comum. Pesquisas sobre escola (Carvalho, 2009), mídia (Fischer, 2001) ou espaços de sociabilidade infanto-juvenil (Ribeiro, 2006; Souza, 2010) denunciam formas tradicionais de enunciar o masculino e o feminino, pautadas por um determinismo que não só valoriza apenas um perfil masculino e feminino, como estigmatiza perfis desviantes (Welzer-Lang, 2001). Em suma, herdamos, nos mais variados meios de relações sociais, um discurso que naturaliza uma essência, tanto masculina quanto feminina, eterna e universal, por consequência, inquestionável (Kehl, 1998).

Torna-se patente, em decorrência, o esforço de buscar uma teorização que caminhe na fronteira entre a biologia, entendida como uma ciência que produz enuncia-

ções sobre o corpo, o sexo e a reprodução, e a sociedade, pensando-a no contexto de novos olhares que têm questionado valores tradicionais e desigualdades sobre mulheres, homens e as ditas “minorias sexuais”. Tal esforço demanda um exercício de reflexão, que procure reconceituar certas “verdades”, discutindo a biologia à luz dos estudos sociais. Em vista disso, nosso foco reside nesta interface.

Novos elementos em debate

Para avançar na reflexão, devemos introduzir elementos e conceitos de uma abordagem do chamado “construcionismo social” para, em seguida, retomar a construção do corpo, do sexo e do gênero.

Homens e mulheres: sexo ou gênero?

Em célebre frase para o feminismo, Simone de Beauvoir afirmou, na sua principal obra, que “ninguém nasce mulher; torna-se mulher” (Beauvoir, 2009, p. 361). Essa frase traduz, de forma sintética, a importância de se insistir na qualidade fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Foi com esse intuito que o conceito de gênero foi desenvolvido, conforme preconiza a historiadora Joan Scott (1995).

Em um primeiro momento, havia uma dicotomia entre sexo e gênero. O primeiro referia-se às qualidades biológicas (o corpo) e o segundo às qualidades sócio-culturais (caráter, comportamento) dos indivíduos (Nicholson, 2000). Embora este ainda seja o uso mais frequente no senso comum, não é o sentido atualmente adotado por parte dos estudos feministas (Carvalho, 2011; Scott, 2010).

Nicholson (2000) destaca as diferentes formas de se entender as construções sociais sobre o masculino e o feminino, sobretudo os corpos. A autora argumenta que

“se o próprio corpo é sempre visto através de uma interpretação social, então o ‘sexo’ não pode ser independente do ‘gênero’; antes, sexo nesse sentido deve ser algo que possa ser subsumido pelo gênero (Nicholson, 2000).”

Gênero, nessa concepção, torna-se uma forma de organizar socialmente os sexos, mais do que uma mera interpretação cultural dos mesmos. Partindo dessa perspectiva, se a própria percepção do corpo e do sexo é tomada como cultural, o conceito de sexo é apropriado pelo conceito de gênero, como define Judith Butler (2010a). Manter uma rígida dicotomia entre sexo e gênero faz transparecer a ideia de que apenas um deles é construído (o gênero), relegando o sexo a uma posição segura e confortável da “natureza”, isto é, como se fosse possível compreender a “natureza” à parte de um conhecimento produzido sobre ela (Scott, 1988).

Isso não significa que o gênero “produza” ou “reflita” diferenças fixas e naturais entre os homens e mulheres, e sim que é um saber que estabelece significados para tais diferenças (Scott, 1988). É como se o corpo, ao ser incorporado à cultura, passasse por um filtro, podendo apenas ser entendido a partir de uma perspectiva histórica, a qual dê conta dos aspectos socioculturais que marcam tal cons-

trução do corpo.

Em resumo, o que essas autoras buscam enfatizar é que os corpos de homens e mulheres não originam essências ou naturezas femininas e masculinas (Carvalho, 2011). Antes, são as formas de compreensão das diferenças e semelhanças entre esses corpos que determinam como os mesmos são apreendidos socialmente. A partir das diferenças percebidas entre os sexos, constrói-se todo um sistema simbólico sobre mulheres e homens (Scott, 1995), o qual repercute em praticamente todos os aspectos das sociedades ocidentais: a divisão sexual do trabalho, o acesso à educação, a violência sexual, entre outros.

Uma decorrência dessa visão é que o gênero fica aberto à mudança histórica. Por mais que habitemos em uma sociedade que separa, de forma extremamente binária, um sexo masculino e um feminino, não podemos generalizar que todas as culturas, ao longo da história, adotaram tal perspectiva. Voltando ao exemplo de Laqueur (1990) a respeito da noção das mulheres enquanto “homens invertidos” que perdurou até o século XVIII, podemos adicionar que por mais que as diferenças anatômicas dos sexos fossem reconhecidas, essas diferenças não serviam de base para uma visão tão bipolarizada e oposicional de gênero: duas “naturezas”, duas “essências” e dois “cérebros” antagonísticos; um de Marte, outro de Vênus.

A visibilidade crescente para grupos homossexuais, bissexuais e transexuais tem enfatizado que, longe de coerentes e contínuas, as identidades de gênero e sexualidades são absolutamente diversas, de tal modo que a presença ou não de um cromossomo Y pouco diz respeito ao lugar social daquele indivíduo. O mesmo podemos dizer sobre sua personalidade, comportamento e aptidões. Cada vez mais, esses casos reforçam a complexidade das relações de gênero e a inexistência de uma correlação fixa e linear entre o que cotidianamente tratamos como sexo, gênero e orientação sexual.

Logo, ao pensarmos em homens e mulheres, devemos entendê-los como categorias mutáveis. Essa dinamicidade não existe só no binarismo entre homem e mulher, como também no interior de cada um. Butler (2010a) ressalta que a reafirmação de uma coerência e unidade dentro da categoria “mulheres” rejeita a multiplicidade, as divergências e as contradições do que entendemos por “mulheres”. Em outras palavras, suprimem-se as diferenças dentro de cada categoria em nome de uma falsa unidade. Os universos feminino e masculino, pois, são muito mais amplos do que usualmente se supõe.

Masculinidades e Feminilidades

Ao destacarmos as diferenças entre homens e mulheres, especialmente no interior de cada uma dessas categorias, devemos trazer à tona as contribuições da australiana Raewyn Connell. Ao se referir às configurações de práticas que posicionam os homens nas relações de gênero, Connell (1995) trabalha com o conceito de masculinidades. De forma simétrica e relacional, podemos entender a feminilidade.

Levantando características visíveis na nossa sociedade a respeito do que entendemos por homem e mulher,

uma série de adjetivações se permite possível: a agressividade, virilidade e insensibilidade dos homens; a sentimentalidade, submissão e instabilidade emocional das mulheres; a preferência dos meninos em brincadeiras que simulam guerras, lutas e violência, permeadas por cores vivas e fortes; a preferência das meninas por bonecas e atividades que simulem tarefas domésticas e de “cuidado”, coloridas em tons de rosa. Enfim, uma série de características, conectadas em torno de ideais de masculinidade e feminilidade, nos descrevem.

A nossa biologia – sejam os genes, a anatomia ou mesmo os hormônios – não seria capaz de explicar características tão variáveis de cultura a cultura e tão permeadas de sentidos e significados particulares a determinados contextos, isto é, não podemos esperar que um certo genótipo explique a preferência pela cor azul ou que um conjunto de alelos leve ao interesse por bonecas em vez de dinossauros. Esse argumento não retira a importância das disciplinas relacionadas à genética ou psicologia do comportamento, mas faz algumas ponderações às afirmações de caráter assertivo e generalizante.

Ao negar a contribuição do determinismo biológico na construção de uma feminilidade e masculinidade, o primeiro impulso é considerar que o aprendizado em torno de “ser homem” e “ser mulher” ocorre por meio de uma socialização de “papéis sexuais”, ou seja, os homens e as mulheres incorporam papéis pré-determinados na sociedade. Connell (1995) tece fortes críticas à teoria dos “papéis sexuais”, afirmando sua incapacidade em contemplar diferentes formas de “ser homem” e “ser mulher”, além de adotar uma perspectiva funcionalista e destituída das relações de poder. Não se fala, por exemplo, em “papéis de raça” ou “papéis de classe”, porque nesses casos as hierarquias estão muito claras (Carvalho, 2011).

A saída, para a autora, seria assumir as construções de múltiplas masculinidades e feminilidades, arranjadas em meio a estruturas de poder (Connell, 2005). Pensando por um momento apenas nas masculinidades, essas seriam construídas por processos de incorporação e negação de padrões vigentes na sociedade, sendo que a constituição de uma masculinidade sempre se dá em relação a uma feminilidade e a outras formas de masculinidade.

As masculinidades e feminilidades, portanto, emergem como importantes conceitos para destrinchar a construção social do masculino e do feminino, na mesma linha de raciocínio estabelecida para o conceito de gênero, qual seja, homens e mulheres são categorias socioculturais, construídas historicamente a partir de práticas, sentidos e significados que, em determinado contexto, nomeiam o que pertence a um universo masculino ou feminino.

O corpo biológico e o corpo social

Após esse passeio por conceitos inseridos no âmbito do “construcionismo social”, faz-se necessário retomar a ideia central do trabalho, revisitando a construção do corpo, do sexo e do gênero na interface entre a biologia e a sociedade. Fernandes (2009) enfatiza que, em nossa espécie, coabitam um corpo biológico e um corpo social, em perma-

nente diálogo. É sobre esse diálogo que vamos prosseguir.

A respeito da presença do corpo na teoria social, em especial relativa a gênero, Connell (1995, p. 188-9) é assertiva ao afirmar que “não devemos temer a biologia, nem devemos ser tão refinados ou engenhosos em nossa teorização do gênero que não tenhamos lugar para os corpos suados”, chamando atenção para a necessidade de articular o corpo aos estudos feministas e à conceituação de sexo e gênero. Essa aproximação, no entanto, nem sempre é bem sucedida. Connell (2009) destaca que há várias tentativas de compreender o corpo e as diferenças sexuais na teoria social, sendo a maioria delas insuficiente.

Uma delas, gestada pelo determinismo biológico, trata o corpo como uma espécie de “máquina” que produz diferenças de gênero (Connell, 2009). Práticas como o estupro ou os maiores índices de criminalidade entre os homens tornam-se sinais de diferenças fisiológicas entre os sexos, que fariam os homens mais agressivos e violentos em decorrência, entre outras, da produção de testosterona. Mesmo desigualdades complexas, como o acesso dificultado das mulheres ao mercado de trabalho, são explicadas pela suposta falta de competitividade inata às mulheres ou outras características que digam respeito à pretensa “essência” da mulher e do homem. Seja qual aspecto que esteja em pauta, essa concepção do corpo e das relações de gênero tende ao reducionismo. Para piorar, tais explicações são justificadas por enunciados pseudocientíficos sobre a evolução humana, inspirados em uma aplicação descuidada do conceito darwinista de seleção natural. Fica evidente, com efeito, o caráter puramente especulativo dessas explanações, as quais se concentram sobre campos de pesquisas como a sociobiologia e a psicologia evolutiva e que encontram grande ressonância no senso comum, em especial àquilo que Connell (2005) chama de “psicologia pop”: uma literatura com fins exclusivamente comerciais que versa sobre as “diferenças” entre mulheres e homens e seus efeitos para compreender questões do cotidiano, como o cuidado dos filhos, o adultério e a sexualidade.

Diametralmente oposta encontra-se a visão de que o corpo é uma “tela”, uma superfície, sobre a qual a cultura imprime o gênero (Connell, 2009). Aqui, o risco é deslizar para um construcionismo radical que não dê conta de entender aspectos básicos do corpo, dentre as diferenças anatômicas e fisiológicas que são facilmente atestadas. É necessário reiterar que há, sim, características biológicas distintas para corpos distintos, de tal forma que uma desconstrução unicamente discursiva dessas diferenças se mostra inadequada, configurando o erro de negligenciar as diferenças com o intuito de superar as desigualdades. O equívoco dessa perspectiva é supervalorizar o efeito da cultura e do social sobre os corpos, ignorando sua própria materialidade (Butler, 2010b). Os corpos, ao contrário de serem superfícies vazias à introdução de elementos culturais, participam dos processos sociais por meio de seu desenvolvimento, capacidades, habilidades, necessidades, prazeres, dores etc.

Se tanto a noção do corpo como uma “máquina”, quanto a do corpo como uma “tela”, não são adequadas, é difícil acreditar que uma mescla entre as duas se ja (Con-

nell, 2005).

É necessária uma compreensão sobre o corpo que reconheça tanto a sua agência (i.e. sua capacidade de “agir”, de ser agente) quanto a sua construção social, de forma que a biologia e o social não sejam compreendidos de maneira separada, mas que se confluem em uma explicação conjunta. Nesse contexto, Connell (2009, p. 67, tradução nossa) escreve que:

“Corpos são tanto objetos da prática social quanto agentes da prática social. Os mesmos corpos, ao mesmo tempo, são ambos. As práticas nas quais os corpos estão envolvidos formam estruturas sociais e trajetórias pessoais, as quais, em retorno, fornecem as condições para novas práticas que se dirigem para os corpos. Há um *loop*, um circuito, ligando processos corporais e estruturas sociais.”

Anteriormente, definimos as masculinidades como uma configuração de práticas em torno das posições dos homens nas relações de gênero. Essas práticas, por sua vez, partem de limites e capacidades corpóreas e, ao mesmo tempo, modificam o corpo, construindo-o dentro das relações de gênero. O processo é sempre reflexivo.

Corpos de mulheres e homens são trabalhados em diversas instâncias da sociedade. Na medicina, nos esportes, no mercado de trabalho, na mídia, na política, na moda etc, diferentes características de homens e mulheres são realçadas ou negligenciadas em virtude dos objetivos, interesses e demandas de cada uma dessas áreas. Os efeitos dessas diferentes esferas sobre os corpos não são apenas simbólicos, mas tem bases materiais: a título de exemplo, podemos mencionar que a pressão pela estética leva muitos meninos à academia de ginástica com o intuito de adquirir massa muscular, da mesma forma que pressiona as garotas a rígidas dietas de emagrecimento.

Diferenças biológicas também estimulam a produção de práticas sociais diferenciadas: só faz sentido falar em maternidade, por exemplo, e delinear todo um mercado voltado para gestantes, mães e bebês, porque são as mulheres que engravidam, e não os homens – ou melhor, são os indivíduos do sexo feminino que são capazes de engravidar, dado que a transexualidade tem gradativamente nos apresentado casos de “homens” ou “pais” os quais engravidam. O mesmo se aplica à indústria têxtil e à moda, e um exemplo simples pode facilmente ilustrar esse ponto: os sutiãs são voltados para as mulheres por ser um acessório útil apenas para quem possui seios. Esses casos, no entanto, não anulam a constatação de que há muita arbitrariedade nas relações de gênero, de tal forma que certas diferenças são deliberadamente ressaltadas. Não há motivo algum que explique o porquê de homens e mulheres não serem autorizados de usufruir determinadas maquiagens, acessórios e roupas, sem que haja um custo do ponto de vista social, pois a partir do momento que são estabelecidas normas que regem a conduta social, os padrões desviantes são usualmente rejeitados, ignorados ou, quando não, violentados.

Vemos, portanto, que ora as práticas sociais derivam

das condições as quais os corpos se encontram e são percebidos, ora são os corpos que se modificam em resposta a influências da sociedade e da cultura. Em ambos os casos, temos uma construção contínua do corpo e do social (Connell, 2009). Se entendermos, em seguida, que dentro dessas práticas sociais estão incluídas as práticas que configuram as masculinidades/feminilidades e a construção do gênero, chegamos à seguinte ideia: a fim de construir um masculino e um feminino, homens e mulheres “constroem” também os seus corpos, seja por meio de gestos, traços, roupas e comportamentos, seja por processos mais complexos como os estilos de vida almejados, as perspectivas de atuação profissional e as expectativas de relacionamento afetivo-sexual. Para todos esses fatores, é possível vislumbrar significados sociais e corporais, que se constituem em amplo diálogo e interface.

Adquirindo tal olhar, torna-se ainda mais inaceitável sustentar o determinismo biológico ou qualquer outro pensamento das ciências biológicas que, a seu modo, reproduza posturas discriminatórias. Ao se tomar o corpo, o sexo e o gênero a partir de uma perspectiva interdisciplinar, sua faceta sociocultural traz, inevitavelmente, uma dimensão política. É nesse sentido que a bióloga Fausto-Sterling (2000) defende que “homem” e “mulher” são, em primeiro lugar, categorias políticas, posição cuja consequência na sociedade caminha para a mudança social e a transformação das relações de gênero.

Conclusão

A alta complexidade social da nossa espécie, sobre a qual podemos destacar as extensas redes de relações sociais, as complexas construções de sentidos e significados e as estruturas de poder no âmbito material e simbólico, nos impõe certas dificuldades a respeito da natureza de nossas ações, pensamentos e compreensões. Não poderíamos afirmar que todas as nossas ações são frutos do nosso instinto enquanto espécie biológica, ou esperar que todos os aspectos da sociedade possam ser analisados sob a ótica da evolução e adaptabilidade. Por outro lado, seria um erro afirmar que as construções sociais e culturais, trabalhadas historicamente, seriam responsáveis pela “criação” de características biológicas ou pelo desenvolvimento de caracteres físicos ou corporais.

Essas ressalvas apontam as dificuldades em se tecer estudos que transitem entre o biológico e o social. Sugere, também, que não é possível suprimir um em prol do outro, tampouco separá-los para evitar interfaces problemáticas, visto que as ciências biológicas frequentemente debruçam-se em aspectos compartilhados com as ciências sociais e vice-versa. A grande questão é: como entendê-las em conjunto, especialmente ao se tratar de um tema de suma importância para as duas ciências?

Uma reflexão desta grandeza exigiria uma resposta à altura. Está fora, entretanto, tanto dos limites desse ensaio quanto de nossa capacidade tocar neste ponto. Todavia, por este ser um artigo escrito de biólogos para biólogos, acreditamos que pudemos tecer certas considerações, de modo a contribuir para um diálogo entre os estudos das

relações de gênero e a área das ciências biológicas. Não estamos afirmando que todos os biólogos devem se aprofundar em aspectos sociais para fazer suas pesquisas, mas que têm o dever de serem cuidadosos em conclusões que lidam com temas de alta complexidade e interdisciplinaridade.

A biologia – aqui representada especialmente pela sociobiologia, psicologia evolutiva e a genética comportamental – não pode seguir ingênua em conclusões universalizantes, essencializantes e etnocêntricas. São afirmações que, justamente por estarem sustentadas unicamente na biologia, carregam conclusões sociais, políticas e culturais inadequadas.

O reconhecimento das construções sociais sobre o corpo, o sexo e o gênero, tal como apresentamos ao longo do artigo, deve servir de estímulo à reflexão sobre os limites das afirmações que historicamente foram sendo postuladas no bojo do pensamento científico. Para além de ser um conhecimento científico, há um caráter especulativo, de pano de fundo conservador, que marcou tal produção de enunciados e conceitos. Conforme defende Fausto-Sterling (2000), existem decisões e escolhas que orientam a formulação de “verdades”, uma vez que essas são orientadas por crenças, valores e princípios defendidos ou reproduzidos pelos pesquisadores, assim como o são por qualquer cidadão.

Trata-se do desafio de nos colocar permanentemente diante de tais questionamentos e repensar uma ciência que esteja a serviço de posicionamentos políticos sintonizados a demandas sociais, essas cada vez mais em pauta: a igualdade de gênero e a diversidade sexual, para citar dois exemplos.

Afinal, se as interpretações, usos ou conclusões biológicas servirem de apoio para ideologias sexistas, machistas ou homofóbicas, a biologia estará, imediatamente, equivocada.

Agradecimentos

Agradecemos a Revista da Biologia pela oportunidade de publicar esse trabalho. Agradecemos também, pela revisão e sugestões, a Carlos Eduardo Henning, Beatriz Hobi Moreira e Renato Grigoli Pereira. Por fim, agradecemos à Fapesp e à Capes.

Contribuição dos autores

Levantamento bibliográfico, leituras e redação do ensaio realizados por ambos os autores.

Referências

- Beauvoir S. 2009. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Butler J. 2010a. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler J. 2010b. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louro GL, organizadora. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica p151-172.

- Carvalho MP. 2009. Avaliação escolar, gênero e raça. Campinas: Papirus.
- Carvalho MP. 2011. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPED (1999-2009). *Revista Brasileira de Educação* 16:99-117.
- Connell RW. 2009. *Gender: in world perspective*. Cambridge/Malden: Polity Press.
- Connell RW. 1995. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade* 20:185-206.
- Connell RW. 2005. *Masculinities*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- Corbin A. 2008. O encontro dos corpos. In: Corbin A, Courtine JJ e Vigarello G, organizadores. *História do corpo: da revolução à grande guerra*. Petrópolis: Vozes p181-266.
- Fausto-Sterling A. 2000. *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books.
- Fernandes MGM. 2009. O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência. *Physis Revista de Saúde Coletiva* 19:1051-1065.
- Fischer RMB. 2001. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. *Estudos Feministas* 2:586-599.
- Henning CE. 2008. Gênero, sexo e as negações do biologicismo: comentários sobre o percurso da categoria gênero. *Revista Ártemis* 8:57-67.
- Kehl MR. 1998. *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago.
- Keller EF. 2006. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu* 27:13-34.
- Laqueur TW. 1990. *Making sex: body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press.
- Nicholson L. 2000. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas* 8:9-42.
- Oliveira PP. 2004. *A Construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ.
- Ribeiro JSB. 2006. Brincadeiras de meninas e meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. *Cadernos Pagu* 26:145-168.
- Rohden F. 2003. A construção da diferença sexual na medicina. *Cadernos de Saúde Pública* 19:201-212.
- Scott JW. 1995. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade* 20:71-100.
- Scott JW. 1988. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press.
- Scott JW. 2010. Gender: still a useful category of analysis? *Diogenes* 225:7-14.
- Souza R. 2010. Rapazes negros e socialização de gênero: sentidos e significados de “ser homem”. *Cadernos Pagu* 34:107-142.
- Welzer-Lang D. 2001. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas* 9:460-482.